

Governo já quer negociar a dívida

Thais Bastos

BRASÍLIA — Os números começam a convencer as autoridades da área econômica de que a negociação da dívida externa brasileira é uma necessidade e não uma postura meramente política. O é isso só acontecerá quando o governo brasileiro envolver toda a sociedade no debate, conseguindo o apoio da opinião pública e sobretudo do Congresso Nacional.

O raciocínio é do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), presidente da Comissão da Dívida Externa do Senado, que viu na visita que lhe foi feita ontem pelo ministro Sergio Amaral, secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e negociador brasileiro junto aos credores externos, uma sinalização de que "o Executivo se convenceu da importância estratégica de um apoio do Congresso".

Eles acertaram para a segunda quinzena de fevereiro o comparecimento de Sergio Amaral e diretores do Banco Central à comissão da dívida externa, quando a renegociação será debatida. Para Chiarelli, é preciso aprofundar a análise sobre a

posição vulnerável das reservas cambiais brasileiras, mesmo com um superávit comercial de mais de US\$ 19 bilhões, contando o Brasil hoje com com um crédito junto ao Terceiro Mundo de cerca de US\$ 8 bilhões. O verdadeiro significado do mercado secundário da dívida externa brasileira é outro ponto a ser conversado, ressaltou.

O poder conferido pela nova Constituição ao Congresso Nacional para acompanhar e até mesmo autorizar quaisquer negociações externas, é a base formal desta aproximação entre Executivo e Legislativo. Mas, na visão do líder do PFL no Senado, a presença constante e inevitável do Congresso no acompanhamento da questão externa poderá ser um trunfo das autoridades brasileiras junto aos credores internacionais. "Muitas vezes, o fato de determinadas decisões econômicas terem que ser aprovadas pelo Legislativo, é usado como barganha nas negociações", afirmou.

Chiarelli avalia que a maior parte dos integrantes do Congresso Nacional defende a renegociação do pagamento da dívida. "Não se trata de dar calote; o Congresso não defende esta decisão, mas, sim, uma revisão dos encargos, pois hoje toda a sociedade brasileira está convencida de que pagar US\$ 14 bilhões de juros (volume programado para 1989) representa um encargo superior à capacidade da economia nacional".